

18 DE MAIO: ROMPER COM AS ACTUAIS POLÍTICAS!

O NOSSO VOTO CONTA!

É PRECISO LEVAR A LUTA ÀS URNAS



Nestas eleições legislativas é preciso eleger deputados das forças que defendem os trabalhadores e que sempre estiveram ao seu lado. Só assim será possível construir uma política alternativa, que garanta e eleve os direitos; que promova o aumento geral e significativo dos salários e das pensões, o trabalho com direitos, um sistema fiscal mais justo e a defesa e reforço dos Serviços Públicos e das Funções Sociais do Estado.

PÁGINAS 6 E 7



Este número inclui um destacável especial sobre o 50.º aniversário do STAL, numa "viagem" pela história deste grande colectivo de mulheres e homens, de trabalhadores.

SALÁRIOS PORQUE CONTINUAMOS A EMPOBRECER?



As actualizações salariais na Administração Pública/Local continuam muito insuficientes face aos actuais níveis de inflação suportados pelos trabalhadores.

PÁGINA 5



PÚBLICA, UNIVERSAL E SOLIDÁRIA Segurança Social sob "ataque"!

Governos do PS e PSD/CDS têm procurado criar condições para transformar o direito a um sistema de protecção social num negócio dos fundos de pensões privados.

PÁGINA 8



25 DE ABRIL E 1.º MAIO Com os olhos postos no futuro

Dias de Festa da Democracia e da Liberdade, para reavivar a memória terrível do fascismo, período carregado de pobreza, miséria, opressão e de guerra.

PÁGINA 10

EM LUTA



Mais de 2000 trabalhadores da Administração Local e do sector empresarial manifestaram o seu protesto em Lisboa (28 de Fevereiro).

DE TODOS OS SECTORES, E DE NORTE A SUL DO PAÍS

Milhares de trabalhadores exigem melhores condições laborais e de vida!

As grandes manifestações e concentrações já ocorridas este ano constituem uma poderosa censura à política de empobrecimento que o governo PSD/CDS teimosamente prossegue, reafirmando-se, entre outras reivindicações, o aumento real dos salários no imediato, a valorização das carreiras, a revogação do SIADAP e o reforço dos Serviços Públicos.

Os mais de 2000 trabalhadores da Administração Local e do sector empresarial que – na manifestação promovida pelo STAL e STML em 28 de Fevereiro – fizeram ouvir o seu forte protesto em Lisboa (da Pç. Figueira ao Ministério das Finanças) contra a política de empobrecimento do governo AD, lembraram que são o “parente pobre” de toda a Administração Pública, auferindo, em média, um salário base 35% inferior aos da Administração Central; e que, desde 2010, já perderam, em média, três salários. A presidente do STAL (Cristina Torres) frisa que “quem trabalha sente-se a empobrecer e tem cada vez mais dificuldades em fazer chegar o salário até ao fim do mês”, situação que, todavia,

“contrasta com os lucros escandalosos dos grandes grupos económicos, que só no primeiro semestre de 2024 atingiram os 32 milhões de euros por dia, o que, dividido por todos os trabalhadores assalariados, equivalia a um aumento de 176 € no salário mensal!” E lembrou a dirigente que “são estes mesmos grupos económicos que, em 2025, serão beneficiados em 250 milhões de euros, com a redução do IRC”.

Cristina Torres critica também a “bem definida” agenda governamental PSD/CDS, marcada pelo “ataque aos direitos sociais e laborais, e a degradação dos Serviços Públicos”, frisando, ainda, que o STAL e os trabalhadores exigem “uma política diferente, que reforce os direitos

de quem trabalha e que respeite quem trabalhou uma vida inteira; que garanta o presente e o futuro aos jovens; que valorize os Serviços Públicos; defenda o SNS e a Escola Pública; trave o assalto à Segurança Social; garanta o acesso à habitação; trave a guerra e afirme a Paz; fa-

ça frente à ideologia do medo, contrapondo a esperança à descrença que nos querem impor”.

LUTA POR MELHORES SALÁRIOS E PENSÕES...

Foi também com uma forte mobilização que os trabalhadores da Administração Local e do sec-



Manifestação da juventude trabalhadora (Lisboa, 28 de Março).

tor empresarial participaram na manifestação nacional promovida pela CGTP-IN em 5 de Abril, em Lisboa, Porto e Coimbra, para exigir melhores salários e pensões, e em defesa dos Serviços Públicos e das Funções Sociais do Estado.

Na sua intervenção, e lembrando o actual contexto de eleições antecipadas, Tiago Oliveira (secretário-geral da CGTP-IN) afirmou que “esta iniciativa assume maior importância face à instabilidade na vida em que vivemos os trabalhadores há tempo demais”.

“Não há desenvolvimento sem a melhoria das condições de vida do povo; podemos ter os maiores grupos económicos e os maiores lucros, mas se tivermos um povo a viver as maiores das dificuldades, continuaremos a ter um país pobre”, sublinhou o dirigente da Intersindical, destacando, ainda, que “há quem se prepare [na campanha eleitoral] para discutir tudo e não discutir nada, o que não podemos permitir, é preciso que digam abertamente o que querem e o que perspectivam na resposta urgente à melhoria das condições de vida, de trabalho e dos Serviços Públicos, na resposta urgente fundamental para o desenvolvimento do País”.

... DOS JOVENS E MULHERES TRABALHADORAS...

Nos dias 8 e 28 de Março, o STAL assinalou, respectivamente, o Dia Internacional da Mulher

Trabalhadora e o Dia Nacional da Juventude, datas que voltaram a constituir jornadas de luta pela reafirmação e defesa dos direitos, de melhores condições de trabalho e de uma vida digna. No dia 8, o STAL promoveu acções de contacto em locais de trabalho por todo o País, e distribuiu o seu habitual postal alusivo à efeméride, este ano com o lema «A Igualdade e os Direitos das Mulheres Garantem-se com a Paz», que prestou homenagem a Maria Teresa Horta, com o poema “Resistência” e uma ilustração de Pedro Vieira. Além destas iniciativas, o STAL voltou a associar-se à “Semana da Igualdade” da CGTP-IN e participou nas manifestações do MDM por todo o País.

Já os jovens trabalhadores das autarquias e das empresas municipais e concessionárias marcaram forte presença no protesto público promovido pela InterJovem (CGTP-IN), em Lisboa, contra as dificuldades que enfrentam no seu dia-a-dia, devido às políticas de direita adoptadas pelos governos do PSD/CDS e do PS, com a conivência da IL e CH, marcadas pelo elevado custo de vida, difícil acesso à habitação, baixos salários (25% recebe o Salário Mínimo Nacional e 70% auferem até 1000 € líquidos), precariedade (76% do emprego criado é precário e 55% dos jovens até aos 25 anos tem vínculo precário), falta de oportunidades e



Postal do Dia Internacional da Mulher Trabalhadora.



Acção da Frente Comum em defesa do SNS (7 de Abril).

horários laborais excessivos, que impedem a conciliação da vida profissional e familiar.

... E EM DEFESA DO SNS

O Dia Mundial da Saúde (7 de Abril) foi assinalado pela Frente Comum com concentrações, de Norte a Sul do País, junto a hospitais públicos, em defesa e pelo reforço do Serviço Nacional de Saúde.

Em comunicado, a Frente Comum salienta que “o Governo anunciou a sua predilecção pelas PPP, mas nada diz quanto vai dar, de ‘mão beijada’, aos grupos económicos privados, que apenas vêem a Saúde como um

mero negócio”, e lembra que é “o mesmo governo que deu benefícios fiscais às empresas que fizessem seguros de saúde aos trabalhadores, algumas delas já tentaram retirar dos Acordos de Empresa o que ali estava sobre protecção aos trabalhadores nas situações de acidentes de trabalho e doença”.

Apesar de sucessivos anúncios de “aumento da despesa” com Saúde, a verdade é que cerca de 50% do Orçamento do Estado para o sector – aproximadamente 9 mil milhões de euros – vai parar aos “bolsos” dos privados, em vez de contribuírem para o reforço do SNS. ■

Votar, em liberdade, é um direito que os trabalhadores não podem desperdiçar!

As eleições não são despesa ou desperdício. E as de 18 de Maio são uma oportunidade que os trabalhadores têm de aproveitar para eleger deputados comprometidos com os seus direitos, a justiça, e com o respeito por quem trabalha e trabalhou. O governo PSD/CDS/PPM (AD), sempre apoiado pelo CH e pela IL (ainda que façam de conta que não...), foi eleito em Março de 2024, tomou posse no mês seguinte e “caiu” em Março de 2025, mas continua em funções! Foram 11 meses de políticas de direita, e foi tempo demais!

Mas, ainda a Assembleia da República não estava dissolvida e já a “máquina de propaganda” do Governo dava “saltos e pinotes”.

E o que esta não diz é que somos, cada vez mais, o país dos salários mínimos, e que, a cada ano que passa, o salário médio se aproxima do salário mínimo; que o poder de compra dos trabalhadores continua a diminuir e os preços não param de subir; que, com salários tão baixos, não se suportam os custos com a habitação; que continua a aumentar a precariedade laboral; que existem 194 carreiras profissionais nas Administrações Públicas, das quais apenas 17 foram valorizadas!

Que pretendem entregar a nossa Saúde ao negócio da doença dos grupos privados; tal como o direito à Segurança Social ao negócio dos fundos de pensões privados; e a Escola Pública ao negócio do ensino privado. Não dizem que, com “pés de lã”, preparam-se para privatizar a Água, bem essencial à vida!

Dizem que o Povo não quer eleições, que estas são uma despesa desnecessária ao Estado! Mas não dizem que a redução no IRC – que também contou com o apoio do PS – significa reduzir a receita do Estado em cerca de 250 milhões de euros (que bem poderiam ser investidos no SNS ou distribuídos pelos trabalhadores), e que realizar o próximo acto eleitoral custará apenas 0,5% desse valor.

Por isso, 18 de Maio será um dia de Luta! É preciso eleger deputados que estejam de acordo com Salário Mínimo Nacional de 1000 € e com o aumento significativo das pensões este ano, a valorização de todas as carreiras, a revogação do SIADAP, a correcção real da TRU, a reposição do direito dos trabalhadores da Administração Local às indemnizações por acidente de trabalho ou doença profissional, a actualização e maior abrangência do SPI, e a inclusão do factor risco, e com a jornada de trabalho de 35H para todos... Em suma, deputados comprometidos com o direito a que todos os que cá trabalham possam viver com dignidade! Porque é justo, necessário e é possível! ■

RESÍDUOS, ADP E MOTORISTAS

Em 31 de Janeiro, realizou-se uma tribuna pública para denunciar a difícil realidade dos trabalhadores do sector dos resíduos, e aprovou-se uma “Carta Aberta” – ao Governo e aos participantes no encontro sobre resíduos da Ass. Nac. Municípios Portugueses realizado no CCB, em Lisboa – em defesa da recuperação do controlo público do sector, da valorização profissional e da melhoria do Serviço Público. Já os trabalhadores dos serviços municipalizados dos transportes urbanos do Barreiro, Coimbra e Portalegre estão em luta pela valorização das suas carreiras profissionais, nomeadamente o facto dos motoristas e mecânicos serem considerados assistentes operacionais. E o abaixo-assinado, subscrito por mais de meio milhar, foi entregue na residência oficial do Primeiro-Ministro em 11 de Fevereiro, após uma concentração de trabalhadores e dirigentes sindicais. Também no grupo Águas de Portugal decorreu um abaixo-assinado, com mais de 1500 assinaturas e que foi entregue à administração por uma delegação do STAL e Fiequimetal, em 28 de Março, em que se reivindica a atribuição do Subsídio de Insalubridade, Penosidade e Risco.



SIADAP, FONTE DE INJUSTIÇAS

Reclamar o reconhecimento dos direitos na avaliação de desempenho

O SIADAP tem sido uma fonte de injustiças, sobretudo pela aplicação de quotas para as avaliações mais elevadas, mas também por força de outros factores, como a adopção de critérios discricionários e procedimentos burocráticos, que muito têm prejudicado os trabalhadores.

Este regime contém, porém, alguns meios de defesa dos avaliados, que importa ter em conta e que devem ser devidamente utilizados, para que a avaliação final seja mais justa, especialmente, o direito de reclamação da proposta do avaliador para intervenção da Comissão Paritária, para se pronunciar sobre as questões que os avaliados suscitarem.

Para esse efeito, o avaliado dispõe do prazo máximo de 10 dias úteis, devendo a reclamação ser enviada ao dirigente máximo do serviço, isto é, nas autarquias, ao presidente da Câmara ou da Junta de Freguesia, conforme os casos, como determina o art.º 70.º do SIADAP. A reclamação deve sustentar-se em razões que efectivamente desmontem a avaliação proposta, de forma

fundamentada, contestando, portanto, a pontuação relativa aos diversos factores avaliados, requerendo-se a atribuição de uma pontuação mais elevada, não sendo relevante afirmar-se que anteriormente se obteve uma avaliação mais favorável. A proposta do avaliador deve ser apresentada em reunião com o avaliado (art.º 65.º do SIADAP), e que, em regra, deve decorrer no mês de Fevereiro seguinte ao termo do ciclo avaliativo que estiver em causa, prazo que é frequentemente inobservado.

REGIME PENALIZADOR

Esta é, de facto, uma reclamação extremamente importante, sendo naturalmente desejável a existência da Comissão Paritária, cuja intervenção pode ser preciosa para que ao avaliado seja prestada a justiça requerida. Sendo o trabalhador depois notificado (por parte do dirigente máximo do serviço) da homologação da sua avaliação



de desempenho, e não se conformando, dispõe então também de 10 dias úteis para reclamar, para esse dirigente máximo, invocando razões

fundamentadas e que, efectivamente, sustentem a reclamação, desmontando, ponto por ponto, a avaliação que lhe foi atribuída.

Essa reclamação é absolutamente essencial para a eventual alteração da menção atribuída, pelo que, não sendo formulada, o avaliado perde a hipótese de a contestar. Sendo este regime lamentável, a verdade é que, objectivamente, vincula as autarquias ao seu cumprimento, pelo que a grosseira infracção dos seus procedimentos, inclusive a abstenção de aplicação do SIADAP, não pode ser imputada aos trabalhadores, mas às respectivas entidades empregadoras. Mas essa prática é ilegal, pelo que a solução deverá passar, sempre, pela atribuição de uma anterior avaliação (o chamado "arrastamento da nota"), isto no caso de o trabalhador assim o desejar, a menos que opte por requerer a sua ponderação curricular, alertando-se para os rígidos critérios desta forma de avaliação, que podem, de facto, ser muito prejudiciais para os trabalhadores. Importa que os trabalhadores exijam sempre os seus direitos, na aplicação de um regime extremamente penalizador, procurando, sempre que necessário, o apoio das estruturas do STAL da região em que prestam serviço. ■

SST: PERGUNTAS & RESPOSTAS

Equipamentos de protecção individual

Em muitos locais de trabalho, os EPI são a primeira linha (às vezes a única) na promoção da Segurança e Saúde no Trabalho. Sendo tão comuns no quotidiano de quem trabalha, surgem diversas questões, às quais importa responder.

■ «Entregaram-me uma máscara descartável e luvas para um trabalho de pintura de marcação de vias. É suficiente?» Não. Antes de mais, é um direito dos trabalhadores serem informados sobre os riscos da tarefa e formação adequada para a sua realização. Quanto aos equipa-

mentos de protecção individual (EPI), devem ser utilizados sempre que não seja possível eliminar o risco de outra forma. O EPI deve ser adequado à tarefa e aos riscos que visam proteger. Para que o trabalhador execute a tarefa, deve ser-lhe dada garantia de segurança, podendo (no li-



mite) invocar a falta desta para a recusar. O manuseamento e a aplicação de substâncias químicas obrigam à especial protecção do trabalhador.

«As botas de biqueira reforçada magoam-me. Tenho de as utilizar?»

Sempre que um EPI é entregue ao trabalhador, este deve utilizá-lo, sem prejuízo da sua substituição por outro modelo. A escolha dos EPI deve garantir que se ajustam à fisionomia do trabalhador e que são confortáveis durante a utilização. Se a bota causa lesões, deve solicitar-se

uma consulta ao médico do trabalho, para que este avalie a situação e recomende a aquisição de calçado adequado.

«Preciso de óculos graduados para trabalhar. A quem compete adquiri-los?»

Aplicando o princípio acima referido, ou seja, na impossibilidade de conjugar a utilização de protecção com os óculos graduados, compete ao empregador fornecer EPI que satisfaça a carência visual. Recentemente, a Autoridade para as Condições no Trabalho e o Tribunal de Trabalho do Porto reconheceram o direito ao pagamento de óculos graduados aos trabalhadores que sofram de perturbação visual relacionada com o trabalho realizado com visor. ■



O PAÍS E OS TRABALHADORES PRECISAM DE OUTRA POLÍTICA

Porque continuamos a empobrecer com as actualizações salariais para 2025?

Ao longo dos últimos anos, sucederam-se as perdas do poder de compra dos trabalhadores da Administração Local, com os salários a ficarem “congelados” nalguns anos ou (como nos anos mais recentes, em que a inflação superou os 10%) a serem ligeiramente actualizados, mas sempre muito aquém do agravamento do custo de vida.

JOSÉ ALBERTO LOURENÇO
(ECONOMISTA)

Depois de, entre 2010 e 2024, os trabalhadores da Administração Local, no seu conjunto, terem sofrido fortes perdas acumuladas de poder de compra, para este ano, o governo PSD/CDS decretou actualizações salariais na Administração Pública/Local de 56,58 €, para salários até 2.631,62 €, e de 2,15% para os salários acima daquele montante, valores que são muito insuficientes para fazer face aos actuais níveis da inflação suportados pelos trabalhadores. Relembre-se que, segundo o último “Inquérito Quinquenal às Despesas das Famílias” (2022 e 2023), quase 2/3 das despesas médias mensais de um agregado familiar concentram-se em despesas com habitação, alimentação e transportes (por cada 100 € de salários destas famílias, pelo menos 66 € são para suportar estas despesas mensais, sobrando apenas 34 €). Ora, entre 2022 e 2024, os da-

dos mais recentes do Instituto Nacional de Estatística (INE) indicam que as despesas com produtos alimentares cresceram 27,7%; as despesas com rendas efectivas aumentaram 14,9%; as despesas com os pagamentos dos empréstimos com a habitação subiram 40%; as despesas com o abastecimento de água, recolha de lixo, saneamento básico e serviços diversos relacionados com a habitação cresceram 24,5%, enquanto as despesas com transportes subiram 10,3%. Ou seja, estas despesas

cresceram, em três anos, bem acima das actualizações salariais anuais. Pagas estas despesas, pouco sobra, se é que sobra, para a educação, para as despesas de saúde, para a cultura e lazer a que deveriam ter direito.

Estas são as razões fundamentais porque, em 2025, os trabalhadores da Administração Local continuam a empobrecer, mesmo que o Governo diga que procedeu à actualização dos seus salários.

Essa actualização não só é insu-

ficiente, face ao ritmo de crescimento dos preços dos bens e serviços, como se soma a uma perda sucessiva acumulada de poder de compra dos trabalhadores da Administração Local, que regista-se há quase duas décadas.

400 MIL TRABALHADORES SÃO POBRES!

Os resultados do “Inquérito às Condições de Vida e Rendimento – 2023/2024”, retratam bem a degradação das condições de vida dos trabalhadores – em que

se incluem, naturalmente, milhares da Administração Local –, ao constatarem que mais de 400 mil trabalhadores são considerados pobres, apesar de trabalharem; que cerca de 44,3% da população desempregada é pobre; que 35,4% (1,6 milhões de famílias) não têm capacidade financeira para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, suportando a despesa de alojamento e viagem para todos os membros do agregado; ou que cerca de 29% das famílias (1,3 milhões) não têm capacidade financeira para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada próxima do valor mensal da “linha de pobreza” (sem recorrer a empréstimo), cerca de 632 €.

Efectivamente, Portugal precisa de outra política, que reconheça e valorize, em termos salariais e profissionais, os trabalhadores e, em particular, os da Administração Local e as suas carreiras específicas, contribuindo para a sua dignificação perante a nossa sociedade.

Os trabalhadores da Administração Local, num contexto em que cresce, permanentemente, a desresponsabilização do Estado Central, com a transferência de cada vez mais competências para o Poder Local – sem os correspondentes recursos financeiros indispensáveis a uma melhoria nos Serviços Públicos –, vêm ser aumentadas as suas responsabilidades em diferentes áreas importantíssimas para a vida dos nossos munícipes: da habitação, à educação, passando ainda pela saúde, acção social, património, protecção civil, ambiente, cultura, transportes e vias de comunicação, estruturas de atendimento ao cidadão, estacionamento público, policiamento de proximidade, protecção e saúde animal, segurança de alimentos e contra incêndios, áreas portuário-marítimas e urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afectas à actividade portuária, praias marítimas, fluviais e lacustres, informação cadastral, gestão florestal e áreas protegidas, e modalidades afins de jogos de fortuna e azar.

Exige-se, por isso, a valorização, o reconhecimento, a dignificação e o respeito pelas diferentes carreiras profissionais dos trabalhadores da Administração Local. ■



POLÍTICAS DE ESQUERDA

AUMENTO SIGNIFICATIVO DOS SALÁRIOS

Pelo menos em 15%, nunca inferior a 150 €; SMN em 1000 € no imediato; subsídio refeição 10,50 €. Os trabalhadores da Administração Local – que desempenham funções essenciais ao País – há mais de 10 anos que não têm aumentos de salário dignos, com muitos milhares a viver com enormes dificuldades.

REPOSIÇÃO E VALORIZAÇÃO DAS CARREIRAS

É com trabalhadores valorizados e carreiras dignas que se melhoram os serviços da Administração Local! A destruição de mais de 1400 carreiras profissionais "atirou" milhares de trabalhadores para três carreiras gerais.

REVOGAR O SIADAP

Adopção de um sistema de avaliação justo, equitativo, sem quotas, que promova a formação e garanta o desenvolvimento profissional de todos os trabalhadores nas suas carreiras.

JUSTIÇA SALARIAL

Correcção real da Tabela Remuneratória Única, que é um imperativo da mais elementar justiça. Urge recompor carreiras específicas em que, por exemplo, permanece tempo de serviço por recuperar ou se impede a progressão por meio de constrangimentos administrativos.

EMPREGO COM DIREITOS E FIM À PRECARIÉDADE

Criação de emprego estável e com direitos, rejeitando o recurso a trabalho precário e a trabalhadores desempregados como mão-de-obra barata. Integração de todos os trabalhadores com vínculo precário a exercer funções que correspondem a necessidades permanentes dos serviços.

VALORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO COLECTIVA

Respeitar e cumprir a negociação e a contratação colectiva, que são direitos fundamentais dos trabalhadores. Assim como a liberdade, autonomia e representatividade sindical.

35 HORAS PARA TODOS

Garantir as 35 horas de trabalho semanal a todos os trabalhadores, possibilitando a conciliação entre a vida familiar e profissional. Impedir o abuso do trabalho extraordinário e limitar o trabalho nocturno e por turnos; garantir a fixação, por negociação e contratação colectiva, de compensações adequadas aos trabalhadores abrangidos e a reposição dos valores praticados antes da "troika".

PODER LOCAL DEMOCRÁTICO

Emergindo da Revolução de Abril, permitiu fomentar a participação popular e a aproximação dos eleitos às populações, e afirmar-se como factor intrínseco de desenvolvimento e de construção de uma vida melhor nos concelhos e freguesias do nosso país.

REFORÇO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Contra as tentativas de privatização, a luta faz-se por manter e recuperar a propriedade e a gestão públicas dos serviços de água, saneamento e resíduos, entre outros, que é a única forma de proteger os direitos das populações e dos trabalhadores.

ADSE PÚBLICA

Manutenção da ADSE como sistema público complementar de saúde para os trabalhadores e aposentados da Administração Pública, independentemente do tipo de vínculo, e recusar o caminho da mutualização. Incidência das contribuições em apenas 12 meses e pela redução mensal para 1,5%.

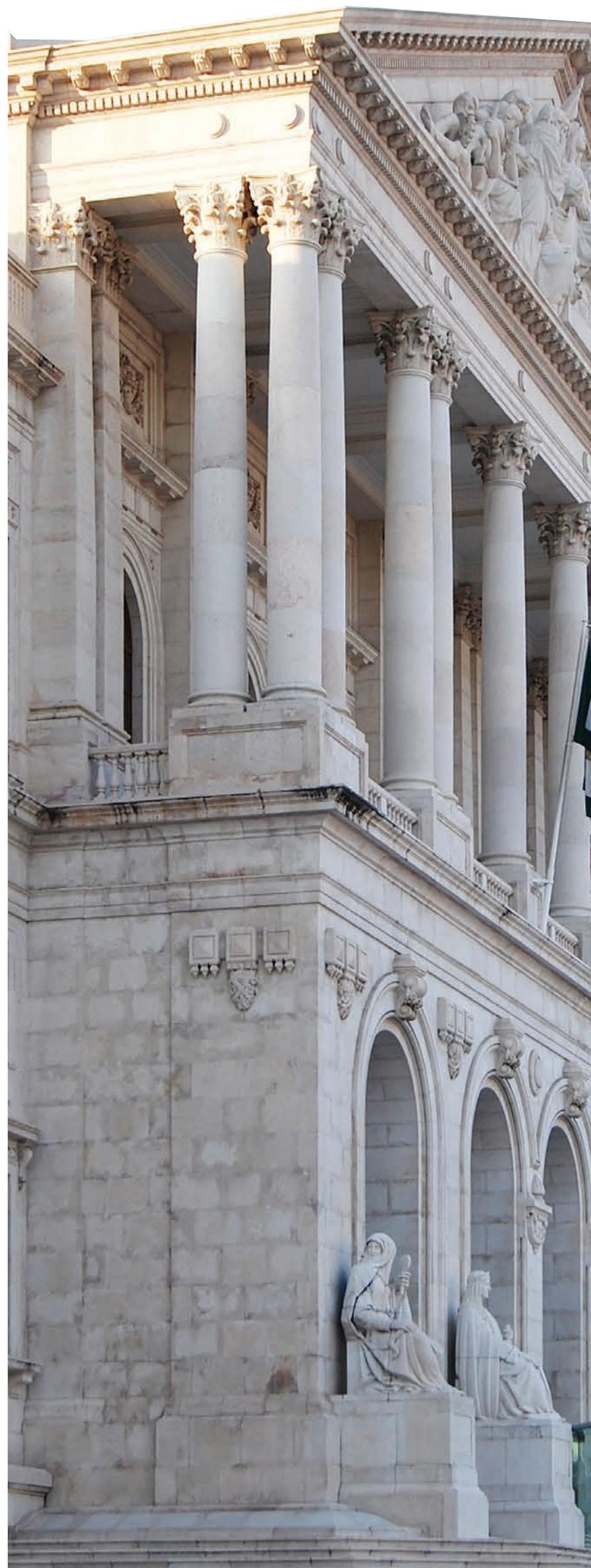
PAZ

A Paz e a segurança alcançam-se com mais diplomacia, mais diálogo e solução política dos conflitos, e com mais respeito pelos princípios do direito internacional.

FUNÇÕES SOCIAIS DO ESTADO

Defender e reforçar esta emanação de Abril, em áreas como a Saúde, a Educação, a Habitação e a Segurança Social, que dizem respeito a todos os portugueses e, em especial, aos trabalhadores.

18 DE MAIO: ROMPER COM AS ACTUAIS POLÍTICAS!



VOTAR PARA MUDAR DE RUMO!

Nestas eleições legislativas é preciso eleger deputados das forças que defendem os trabalhadores e sempre estiveram ao seu lado. Só assim será possível construir uma política alternativa, que garanta e eleve os direitos; que promova o aumento geral e significativo dos salários e pensões, o trabalho com direitos, um sistema fiscal mais justo e a defesa e reforço do SNS, da Escola Pública, da Segurança Social, e que garanta o direito à Habitação.

O NOSSO VOTO CONTA!

POLÍTICAS DE DIREITA

BAIXOS SALÁRIOS

Fruto das políticas de direita dos governos PS e PSD/CDS, há mais de 10 anos que os trabalhadores vêem o salário “encolher” todos os meses. Os da Adm. Pública, cujo poder de compra actual é inferior ao de 2011, recebem, em média, cerca de metade do valor dos salários dos seus congéneres de outros países da UE. E desde 2009 perderam, em média, cerca de 3 salários!

BENEFÍCIOS FISCAIS PARA EMPRESAS

No OE2025 – aprovado com a abstenção do PS (com CH e IL a simularem falsas divergências) -, o governo PSD/CDS prescindiu de 250 M€ em IRC; destinou 1,8 mil M€ para benefícios fiscais, sobretudo, às grandes empresas; para as Parcerias Público-Privadas foram 1538 M€; e previa gastar cerca de 20 mil M€ em serviços externos.

ESPECULAÇÃO E LUCROS EXORBITANTES!

Em 2024, os 5 maiores bancos obtiveram receitas brutais de 5 mil milhões de euros – 13,6 M€ por dia! A que se somam os da Galp (961 M€); EDP (801 M€); Jerónimo Martins (599 M€); ou Sonae (223 M€). Isto, num quadro marcado por baixos salários e pensões, e a desvalorização dos direitos.

EXPLORAÇÃO E PRECARIIDADE LABORAL

As políticas de direita de sucessivos governos PS e PSD/CDS alimentam-se da proliferação da precariedade (que afecta, sobretudo, os mais jovens) e da crescente contratação de trabalhadores dos programas de “Contrato de Emprego e Inserção” (IEFP) e/ou das empresas de trabalho temporário, que prestam serviços ao Estado e às autarquias.

AUMENTO DESPESAS MILITARES

A guerra, a escalada armamentista e as sanções apenas servem as grandes potências e os seus grupos económicos e financeiros. A NATO quer aumentar para 5% do PIB as despesas com armamento, o que levará, seguramente, à redução de verbas para a Saúde, Educação, Protecção Social ou Habitação.

DEGRADAÇÃO DA SAÚDE

Aceleraram a privatização da Saúde, com o regresso de parcerias público-privadas nos hospitais e a entrega de centros de saúde aos privados. Quase 1,7 milhões de utentes não têm Médico de Família, e a Execução Financeira Consolidada do SNS em 2024 revela que cerca de 9 mil M€ (54,16%) foram parar ao sector privado.

ATAQUE À SEGURANÇA SOCIAL

Transformar as reformas dos trabalhadores e a sua segurança económica num negócio – entregando-as a fundos de pensões privados, que visam apenas lucros chorudos –, agravando-se as condições de vida de milhões de trabalhadores, reformados e pensionistas.

CRISE NA HABITAÇÃO

A especulação imobiliária e o “boom” do turismo acentuaram a crise dramática que se vive na habitação. Em 2023, quase 5% da população vivia em sobrecarga das despesas de habitação e 70% das pessoas que vivem em casa arrendada têm dificuldades em pagá-la.

DESINVESTIMENTO DA ESCOLA PÚBLICA

Crescente desresponsabilização do Estado com a Escola Pública e aumento do financiamento público do ensino privado. Subalternização de critérios pedagógicos em prol dos economicistas e elitistas. Desvalorização social e profissional dos trabalhadores da Educação.

AUMENTO GRITANTE DA POBREZA

Devido às políticas de empobrecimento dos governos PS e PSD/CDS, 1 em cada 10 trabalhadores está em situação de pobreza; e 3,4 milhões de trabalhadores (e 70% dos jovens) ganham menos de 1000 € por mês. Em 2023, mais de 13 mil pessoas viviam em situação de sem-abrigo, mais do dobro do que em 2018, e muitos são trabalhadores.

SITUAÇÃO FINANCEIRA CONFORTÁVEL AGUÇA “APETITE” DOS PRIVADOS

O vil ataque à Segurança Social

Os governos do PS e do PSD têm procurado criar condições para que o direito a um sistema público, solidário e universal de protecção social dos cidadãos possa ser subalternizado e transformado num negócio chorudo, entregue aos grandes fundos de pensões privados.

JOSÉ ALBERTO LOURENÇO
(ECONOMISTA)

O modelo de repartição adoptado para o nosso sistema público de Segurança Social desde a Revolução de Abril, financiado por contribuições sociais dos trabalhadores e das entidades patronais, assenta no compromisso intergeracional de quem efectua descontos no presente tem garantida uma protecção ao longo da sua vida activa e na sua velhice.

Desde o início deste século, tornou-se um lugar-comum a ideia de que é necessário reduzir os níveis de vida dos reformados para evitar que a Segurança Social se torne “insustentável”.

Com esse argumento, iniciou-se uma trajectória de reformas das pensões que modificou substancialmente as regras de cálculo e de actualização das pensões e a idade de acesso à reforma sem penalizações. A provisão pública de rendimento na reforma foi recuando de forma gradual, mas expressiva. Os níveis de pensões degradaram-se progressivamente em relação aos rendimentos correntes, e o acesso à reforma sem penalização passou a ocorrer em idades cada vez mais avançadas.

A pensão média de velhice situava-se, em 2007, acima do nível do Salário Mínimo Nacional (líquido da contribuição do trabalhador), mas, em 2023, representava apenas 89% desse valor, e situava-se abaixo do limiar de pobreza.

O termo “sustentabilidade” passou a ser usado pelos vários governos do PS e do PSD para re-



definir o objectivo das reformas que promovem o retrocesso do direito a uma pensão de reforma justa. E as medidas conduzidas em nome da sustentabilidade têm imposto, invariavel-

mente, sacrifícios aos pensionistas, mas a narrativa de legitimação incute a ideia de que o caminho seguido evita o desmantelamento da Segurança Social, permitindo preservá-lo para as

gerações futuras. Como esta narrativa se tornou dominante, a ideia de que a sustentabilidade do sistema exige reformas que reduzem direitos deixou de ser questionada.

“ALMOFADA” PARA MAIS DE DOIS ANOS DE PENSÕES

O “Relatório sobre a Sustentabilidade Financeira da Segurança Social”, anexo à proposta de Orçamento do Estado 2025 (apresentado em Outubro) e o documento da execução orçamental de Dezembro (do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social) desmentem, categoricamente, as mentiras do governo do PSD/CDS sobre a situação financeira da Segurança Social.

Em 2024, o excedente do sistema previdencial atingiu os 5,5 mil milhões de euros (M€), e o valor das contribuições e quotizações atingiu os 27,7 mil M€. Os activos do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social atingem os 41,2 mil M€ (14,1% do PIB) e 207,4% dos gastos anuais com as pensões do sistema previdencial (velhice, sobrevivência e invalidez). Ou seja, este fundo de reserva constitui uma “almofada” da Segurança Social que lhe permite pagar mais de dois anos de despesa com pensões.

Entre 2011 e 2024, o sistema previdencial (repartição) foi quase sempre excedentário, com excepção de 2012. Com a chegada da “troika”, a economia entrou em recessão, o desemprego real ultrapassou os 20% e todas as medidas então tomadas visavam o controlo da dívida e do défice público. O abrandamento do ritmo de crescimento económico e o desemprego constituem a maior ameaça ao equilíbrio financeiro da Segurança Social.

INSUSTENTABILIDADE FALACIOSA

Na realidade, o discurso da sustentabilidade visa dismantlar o sistema de pensões da Segurança Social, pois tem sido, sistematicamente, utilizado para legitimar as medidas que promovem a insegurança económica dos reformados.

Este discurso falacioso cria uma percepção errada da situação financeira do sistema previdencial; tende a ocultar as consequências sociais adversas das reformas introduzidas em nome da sustentabilidade; e não leva em conta as políticas que, nalguns anos, provocaram a redução das receitas da Segurança Social.

Numa situação financeira confortável – como a que se encontra a Segurança Social –, com um discurso falacioso da sua insustentabilidade financeira, conjugado com as várias medidas tomadas nas últimas décadas – que têm impedido a revalorização das pensões de reforma e a perda contínua de poder de compra de muitos pensionistas e reformados –, os governos do PS e do PSD procuram criar condições para que “o direito a um sistema de Segurança Social que protege os cidadãos na doença, velhice, invalidez, viuvez e orfandade, bem como no desemprego e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência, ou de capacidade para o trabalho” – consagrado no art.º 63.º, n.º 3, da Constituição – possa ser subalternizado e transformado num negócio chorudo e entregue aos grandes fundos de pensões privados.

O êxito do sistema público solidário e universal da Segurança Social tem de sustentar-se na conexão entre a valorização do emprego com qualidade, na melhoria progressiva dos salários, na aposta em políticas combinadas com objectivos económicos e sociais articulados, que privilegiem o objectivo do pleno-emprego e a valorização salarial (revendo a legislação laboral que a prejudica), criando condições financeiras que permitam, no futuro, taxas mais elevadas de substituição do salário pelas pensões e uma vida digna no envelhecimento. Exactamente o contrário daquilo a que temos assistido nas últimas duas décadas. ■



É PRECISO IMPEDIR O RETROCESSO DO CONQUISTADO EM 100 ANOS DE LUTAS

Há funções do Estado que são sociais

Com um Estado Social temos mais igualdade – através da universalidade dos serviços –, justiça social e solidariedade. Sem ele, regredimos e tiramos futuro à geração vindoura.

Pensar nas funções do Estado, em concreto aquele que emergiu do 25 de Abril, é o mesmo que perguntar à República Portuguesa para que serve ela.

Numa primeira fase, a razão da sua existência limitava-se à defesa, à justiça e à diplomacia, em suma, às funções de soberania do Estado. O Povo, que pouco ou nada contava na equação, veio depois a impor, através de movimentos revolucionários e reivindicativos, o reconhecimento de direitos de liberdade, depois ampliados a direitos fundamentais com a posterior consagração nas leis. Assim aconteceu com a nossa Constituição de 76, a comemorar os 49 anos, que consagrou um amplo catálogo de Direitos, de Liberdades e de Ga-

rantias, nestes se incluindo os dos trabalhadores.

Em 1976, os deputados constituintes perguntaram-se a si próprios e interrogaram o novo Estado em formação com o 25 de Abril, para que é que ele devia servir, quais eram as tarefas fundamentais que o Estado da 3.ª República¹ deveria assegurar e garantir ao Povo, titular do poder político (art.º 108.º)², rompendo com o marasmo, obscurantismo, atraso social e cultural, a ditadura e o desprezo pela dignidade humana que nos afundou durante 48 anos.

Sim, porque quando, há 50 anos, nos libertámos das algemas e conquistámos a liberdade de pensamento e de expressão, já noutros cantos da Europa se tinham implantado, nas leis, di-

reitos qualificados como económicos, sociais e culturais.

Esta nova geração de direitos fundamentais – alimentada na Europa pela derrota do nazi-fascismo, pelo surgimento de um campo de países anticapitalistas e pela disputa entre os mundos capitalista e socialista – levou a um notável alargamento e consolidação constitucional dos novos direitos económicos, sociais, culturais e, mais tarde, também ambientais (art.º 58.º até art.º 79.º), que os constituintes de 1976, finalmente, transpuseram para a nossa realidade.

É por isso que, de entre os direitos fundamentais, os direitos sociais são uma conquista de Abril, um bem precioso e ainda recente. Foi pela via da conquista de direitos sociais, e da sua implan-

tação na Constituição, que se estabeleceram como tarefas fundamentais do Estado (art.º 9.º), entre outras, “promover o bem-estar”, a “qualidade de vida do povo” e a “igualdade real entre os portugueses”.

Claro que o Estado tem ainda outras funções, de soberania, e tarefas relativas à independência nacional, ao Estado de Direito, à democracia e à garantia dos direitos e liberdades fundamentais. Mas estas tarefas/funções do Estado estão no mesmo nível de relevância, completam-se e complementam-se. Realizam a democracia económica, social e cultural (art.º 2.º), mas também asseguram a dignidade da pessoa humana, com vista a uma sociedade livre, justa e solidária (art.º 1.º).

IMPEDIR O RETROCESSO DAS CONQUISTAS

A conquista do que chamamos Estado Social fez-se com luta e sacrifício, e teve origem na formação de uma comunidade política e territorial chamada Estado, inicialmente Estado Guerra/Defesa, depois Estado de Direitos, Estado de Direito Democrático e Estado Social. Foi o Estado Social que gerou e fixou direitos sociais, concebidos como direitos a prestações com fonte em obrigações do Estado, materializadas em serviços.

O Serviço Nacional de Saúde (SNS), diferente dos seus detractores e inimigos que o abastardam, trocando a palavra “serviço” por “sistema” – permitindo sacar do SNS o lucro privado em saúde –, responde à obrigação constitucional da função estadual social e vincula qualquer governo a promover e defender o SNS, cumprindo a Constituição e os fundamentos de Abril.

O mesmo com o sistema de ensino, a rede pré-escolar, a gratuidade dos manuais escolares, a salvaguarda dos direitos de parentalidade, de assistência social nas suas várias dimensões, a erradicação da pobreza, e, porque não, a garantia de salários dignos e justos, tudo tarefas e obrigações que cumprem o “bem-estar”, a “qualidade de vida” e a “igualdade real entre os portugueses”.

Enfrentamos agora um grande risco, quando líderes europeus pretendem desencadear uma corrida armamentista de 800 mil milhões de euros, com o sacrifício da saúde, do ensino, da assistência e do bem-estar dos povos, por supressão ou diminuição das prestações sociais dos Estados.

Colocados perante a escolha artificial entre guerra e degradação social, gastando naquela os recursos que impedem esta, então cabe aos povos que conquistaram o Estado Social a pulso e, entre estes, aos trabalhadores, impedir o retrocesso do conquistado em 100 anos de lutas. ■

¹ O partido Chega é visceralmente contra a 3.ª República, vigente, logo contra a Constituição de 1976, defendendo uma 4.ª República.

² Os artigos citados são da Constituição da República.

O IDEÁRIO DA REVOLUÇÃO DE 1974 CONTINUA BEM VIVO

Abril em Maio com os olhos no futuro

Este ano, as comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio foram particularmente especiais, ou o STAL – um sindicato de Abril – não estivesse a celebrar 50 anos de luta, resistência e conquistas.

Celebramos as comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio, no ano em que o STAL festeja 50 anos de luta, resistência e conquistas. Nestes dias de Festa da Democracia e da Liberdade, ao mesmo tempo que sublinhamos as enormes conquistas alcançadas em 25 de Abril de 1974, é imperioso reavivar a memória terrível do fascismo e reafirmar esse período carregado de pobreza, miséria, opressão e de guerra.

A Revolução de Abril foi um for-

te golpe na exploração do trabalho e dos trabalhadores, mesmo se não lhe pôs fim. Nomeadamente, logo no pós-25 de Abril, com a criação do Salário Mínimo Nacional, cuja actual exigência de aumento para os 1000 €, acompanhado da subida geral dos salários, continua a ser um eixo central de qualquer política progressista, de resposta aos problemas mais cruciais do País. Abril significou, também, a conquista da Paz contra a guerra, para a qual nos queremos, de novo, empurrar. E foi, ainda, a con-



cretização de direitos sociais fundamentais, como a Saúde, a Educação, a Segurança Social, a Ha-

bitação, a Cultura ou o Desporto, cada vez mais ameaçados. Foi, igualmente, a construção do Po-

der Local Democrático, símbolo maior de participação popular e de melhoria efectiva das condições de vida das populações.

Apesar de todos os ataques, o ideário da Revolução de Abril continua vivo e é garantia de futuro. E foi com essa força que fizemos do 25 de Abril e do 1.º de Maio uma grande jornada de luta e de demonstração da força dos trabalhadores, da luta que travam todos os dias, de exigência de aumento dos salários, dos direitos, um momento de combate contra as injustiças, a exploração e o aumento do custo de vida.

É daqui que partiremos para a escolha do nosso futuro próximo, com a realização de eleições, como acontece em democracia, em cujo desfecho a luta dos trabalhadores terá um papel decisivo para romper com as políticas de direita e para exigir mais direitos, melhores salários, carreiras dignas e condições de trabalho e de vida, bem como melhores Serviços Públicos e uma sociedade justa na distribuição da riqueza. ■

Justiça com as populações e com os trabalhadores

Há 13 anos, o governo PSD/CDS (de Passos Coelho e Paulo Portas) extinguiram 1168 freguesias. Fizeram-no porque a “troika” mandava e, convictamente, eles obedeciam. Contra a vontade de eleitos, populações e trabalhadores.



■ As consequências, atempadamente denunciadas, foram desastrosas: menos democracia,

menos participação, menos Serviços Públicos, mais desertificação humana e abandono.

Confirmando, uma vez mais, que a luta vale sempre a pena, e na sequência do veto inicial, e sem

qualquer fundamento, do Presidente da República (PR), o Parlamento confirmou a reposição das freguesias agregadas – com os votos a favor de PSD, PS, PCP, BE, Livre e PAN, e contra da IL (alegando despesismo, como se a democracia fosse um empreendimento económico) e do CH (que tinha votado a favor na primeira aprovação do decreto, confirmando que não é confiável) –, obrigando Marcelo Rebelo de Sousa a promulgar o mesmo.

Apesar do calendário apertado (ver caixa), cuja responsabilidade tem de ser assacada ao PS, PSD e ao próprio PR, o diploma – embora não corresponda plenamente às reivindicações – permite fazer justiça às populações, que terão a oportunidade, nas próximas eleições autárquicas, de voltar a escolher os eleitos para os órgãos representativos da freguesia.

O STAL, que desde a primeira hora opôs-se à extinção de freguesias, saudou esta vitória e solicitou uma reunião à Associação Nacional de Freguesias, para contribuir para que este processo decorra o melhor possível, em particular no que respeita aos direitos dos trabalhadores, inclusive os consagrados em ACEP, que estão devidamente acautelados no diploma aprovado, e na Lei 35/2014. Além de justificar um acompanhamento próximo, a reunião solicitada é uma oportunidade para debater outras questões laborais específicas destes trabalhadores. ■

PRAZOS-CHAVE

- 31 de Maio**
Inventário do património;
- 15 de Junho**
Mapas de transferência aprovados (onde se inclui a identificação dos recursos humanos);
- 30 de Junho**
Ratificação pelas assembleias dos mapas;
- 1 de Julho**
Comissões instaladoras assumem funções.

PÃO, SAÚDE E EDUCAÇÃO EM VEZ DE CANHÕES

Lutar pela Paz, contra a guerra

Nesta falsa pedagogia da guerra, dizem-nos que a Europa precisa de se defender, de dissuadir ameaças, a chamada Paz pela força, que tem conduzido à escalada militar, à imposição da lei do mais forte e à violação do direito internacional.



Entre investir em manteiga ou canhões, a Comissão Europeia (CE) já decidiu que o caminho é gastar em armas porque, dizem-nos, é necessário proteger a manteiga que a Europa, fruto das suas políticas, deixou cada vez mais de produzir.

Aos gritos de “às armas, às armas”, vale tudo para tentar enganar incautos. Nesta falsa pedagogia da guerra, dizem-nos que a Europa precisa de se defender, de dissuadir ameaças, a chamada Paz pela força, que só tem conduzido à escalada militar, à imposição da lei do mais forte e à violação do direito internacional.

É o perigo e o medo russo, e o medo é sempre um bom investimento para os “senhores da guerra”, explorado ao limite da estupidez pelo chefe da NATO, esse instrumento de guerra e

não de Paz. O holandês Mark Rutte afirmou que “ou os países decidem agora gastar mais, ou começam a aprender a falar russo, ou vão para a Nova Zelândia”, sintetizando a histeria de uma liderança europeia “atarantada” com o regresso de Trump aos comandos do “império”, e ao mesmo tempo inebriada com a perspectiva de uma falsa saída para a crise, assim como dos milhões de lucros que irão parar aos bolsos dos capitalistas que serve.

GENOCÍDIO DE ISRAEL NA PALESTINA

É neste quadro que a CE, a mesma que apoia o genocídio levado a cabo por Israel na Palestina (tal como os EUA, e aqui estão ambos de acordo), prepara-se para investir 800 mil milhões de euros em armamento, dando mais um passo numa cor-

rida em que a Europa, é bom lembrar, há muito que está envolvida.

Nesse sentido, a CE avança com três eixos: 150 mil milhões em empréstimos aos Estados que pretendam investir em mísseis, munições, sistemas de defesa aérea, drones ou outros equipamentos militares; abrir a possibilidade de que os países gastem mais do que aquilo que seria permitido pelas regras orçamentais, desde que o façam em armamento, propondo que este tipo de despesa seja excluído do cálculo do défice de cada país, até que os novos gastos atinjam 1,5% do PIB respectivo, o que permitiria aumentar a despesa militar total em 650 mil milhões; permitir que parte dos fundos estruturais destinados a promover a coesão e o desenvolvimento regional vão para a indústria militar.

Ou seja, se for para gastar em armamento, que se “lixem” as restrições orçamentais. Restrições são para a Saúde, Educação, Habitação, a protecção social, salários e pensões. E quem beneficiará? Em primeiro lugar, o complexo industrial militar norte-americano, e, na Europa, um pequeno número de grandes empresas, concentradas na Alemanha, França, Espanha e Itália, a que se junta o Reino Unido¹. Por cá, Luís Montenegro já disse que “os próximos anos serão de acréscimo de investimento em segurança e defesa (...)”. Ou seja: não há dinheiro para recuperar o poder de compra dos funcionários públicos ou reforçar o investimento público, mas não faltará para armas e canhões, enquanto seguem mais 300 milhões para a Ucrânia. Portugal já gasta 1,55% do seu PIB em defesa, e assumiu que,

até 2029, atingiria 2%, cerca de 6 mil milhões de euros (M€)! Com a proposta da CE, passaria a gastar, pelo menos, mais 4,5 mil M€, uma soma superior a 10 mil M€ ou 3,5% do PIB. E se formos obrigados a cumprir a “meta” exigida por Trump, teremos de gastar 5% do PIB (perdo de 15 mil M€), o equivalente à despesa com o Serviço Nacional de Saúde².

POLÍTICAS PELO DESARMAMENTO

Da austeridade ao militarismo, tudo se encaminha para destruir direitos e conquistas, provocando mais angústia, desespero e falta de perspectiva de futuro de que se alimenta a extrema-direita. Mas isso é o que menos preocupa a elite europeia, como não é a autonomia da Europa, a nossa segurança, o nosso “modo de vida”, seja lá o que isso for, mas sim a manutenção dos grandes interesses e dos lucros sobre a dignidade dos trabalhadores e dos povos.

Diante dos enormes perigos com que estamos confrontados, o futuro da Humanidade depende do investimento na “máquina da Paz”, não na da guerra, como afirmou, recentemente, o secretário-geral da ONU, António Guterres.

Esse caminho implica construir soluções que conduzam ao desarmamento, rejeitar e combater estas políticas e os seus protagonistas, reforçar a luta e o movimento pela Paz, e exigir que o dinheiro seja investido em pão, saúde, habitação, educação e ambiente. É isto que gera a Paz. A manteiga e não os canhões que Trump nos quer impingir, e que as lideranças europeias, vassallos despeitados, lhe querem comprar³. ■

¹ <https://ladroesdebicicletas.blogspot.com/2025/03/a-corrída-as-armas-e-um-bom-negocio.html>

² <https://www.abrilabril.pt/internacional/os-numeros-da-mentira-dos-senhores-da-guerra>

³ <https://ladroesdebicicletas.blogspot.com/2025/03/contra-o-rearmamento-financiem-se-os.html>

A FECHAR

INÍCIO DAS COMEMORAÇÕES DO 50.º ANIVERSÁRIO

STAL promove debate, “arruada” e momento cultural em Tavira

A cidade algarvia foi palco, em 12 de Abril, de várias iniciativas no âmbito dos festejos do meio século deste que foi o primeiro sindicato a constituir-se na Administração Pública após a Revolução de Abril.

A importância histórica de Tavira e dos trabalhadores do Município para a fundação e consolidação do STAL deve-se ao IV Plenário Nacional dos Trabalhadores da Administração Local que ali decorreu em 19 e 20 de Abril de 1975, e no qual foram aprovadas a constituição e as suas Bases Organizativas do Sindicato, e eleita a Comissão Coordenadora (Transitória). Do programa deste evento – sob o lema «1975-2025: 50 Anos a Construir o Futuro com os Trabalhadores», numa iniciativa das direcções regionais de Beja, Évora e Faro, e da Direcção Nacional – constou um debate, “arruada” e um diversificado momento cultural, com a parti-



cipação de artistas das três regiões organizadoras deste evento. De manhã, a Biblioteca Municipal Álvaro de Campos acolheu o colóquio/debate “Passado, Presente e Futuro”, em que participaram Cristina Torres (presidente do STAL), Henrique Villalonga (presidente da Assembleia-Geral do STAL); João Barreiros (Comissão Executiva da CGTP-IN) e Sebastião Santana (coordenador da Frente Comum), e que ficou marcado pela análise sobre os problemas dos trabalhadores, e pela reflexão das dificuldades e os desafios colocados ao movimento sindical neste contexto político-sindical.

EVENTOS EM LISBOA E PORTO

Na parte da tarde realizou-se a “arruada” – com a participação de cerca de duas centenas de trabalhadores, activistas, delegados e dirigentes sindicais – entre a Biblioteca Municipal Álvaro de Campos e o Parque de Feiras e Mercados (próximo do campo de jogos do Ginásio Clube de Tavira), onde se realizou o momento cultural, com música de intervenção, ligeira e tradicional, além de fado, hip-hop, poesia e da participação do grupo de cante alentejano Estrelas do Sul, oriundo de Portel. As celebrações do 50.º aniversário estendem-se por este ano e, além de uma exposição comemorativa – que estará exposta em locais de trabalho de todas as regiões do País –, estão previstas iniciativas em Lisboa e no Porto, com um Plenário Geral do STAL nos jardins do Palácio de Cristal. ■

RESUMO DA LUTA

21 E 22 ABRIL

Greve na EMAC (Cascais).

12 ABRIL

Comemoração do 50.º aniversário do STAL em Tavira.

5 ABRIL

Manifestação nacional promovida pela CGTP-IN em Lisboa, Porto e Coimbra.

28 MARÇO

Concentração (junto à sede da empresa) de trabalhadores e activistas sindicais do grupo AdP.

28 MARÇO

Greve na Escola Básica 2/3 Mário Sá Carneiro, de Camarate.

14 MARÇO

Plenário de sindicatos da Frente Comum junto da residência oficial do Primeiro-Ministro (Lisboa).

9 MARÇO A 9 JUNHO

Greves na Resinorte e na ERSUC ao trabalho suplementar.

7 MARÇO

Greve na Casa da Cerca, da CM Almada.

6 MARÇO

Plenário e manifestação da Comissão Sindical do STAL e dos trabalhadores das autarquias do concelho da Moita, junto aos Paços do Concelho.

28 FEVEREIRO

Manifestação nacional dos trabalhadores da Administração Local e sector empresarial, promovida pelo STAL e STML.

11 FEVEREIRO

Concentração, junto da residência oficial do Primeiro-Ministro, de trabalhadores municipais dos transportes urbanos do Barreiro, Coimbra e Portalegre.

CARTOON DE: JORGE FIGUEIRA



COM OS TRABALHADORES A CONSTRUIR O FUTURO